



DN reafirma apoio ao governo Lula e define metas para 2004

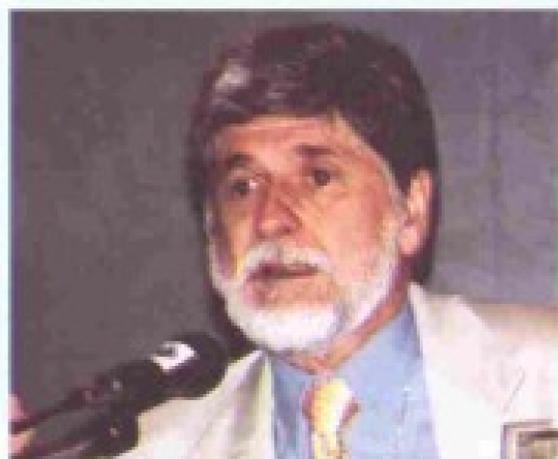


Composição da mesa no primeiro dia da reunião do DN, quando ministros fizeram um balanço do governo Lula

Amorim e Palocci fazem balanço



Ministro da Fazenda, Antônio Palocci



Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim

Os ministros Celso Amorim (Relações Exteriores) e Antônio Palocci (Fazenda) apresentaram, na reunião do Diretório Nacional, um balanço das ações ligadas às suas pastas no primeiro ano de governo Lula.

Em sua explanação, Palocci afirmou que não há hipótese de não haver crescimento econômico no Brasil no próximo ano. Uma vez com a dívida brasileira estabilizada, a inflação reduzida drasticamente e a oferta de crédito maior, estão dadas as condições de crescimento, disse. De acordo com o ministro, a oferta de crédito e o aumento da produção industrial — ambos já vêm ocorrendo nos últimos meses — são fundamentais para o crescimento econômico, gerando consumo, emprego e renda. Ele citou a bem-sucedida política de microcrédito do governo à população carente como outro fator determinante do crescimento.

Palocci apresentou dados que ilustram a reversão da crise herdada da gestão anterior: a atividade industrial tem crescido desde julho; o consumo familiar teve aumento de 0,3%; o agronegócio registrou, neste ano, crescimento de 5,3%; a balança comercial, um superávit de

US\$ 23 bilhões; e as contas externas, que vinham registrando déficit há 11 anos, tiveram em 2003 um superávit de US\$ 3 bilhões. "O desempenho das contas externas foi extraordinário, não só por conta do câmbio, mas também por causa do desempenho da agricultura e da indústria", ressaltou.

Para o ministro, alcançar uma situação favorável como a que vem se desenhando só seria possível com um ajuste severo que "fosse direto no coração da crise". "Tivemos que mudar todo o primeiro ano de governo para fazer o pressuposto, porque não pegamos o Brasil com o pressuposto". Esse pressuposto, segundo o ministro, seria a preocupação com um projeto de crescimento nacional. "O governo anterior preocupou-se com a estabilidade, mas esqueceu de criar um plano de desenvolvimento sustentável e distribuição de renda, que é o que estamos fazendo agora."

Palocci explicou que a política de superávit primário, que definiu a meta de 4,25% do PIB, não foi imposta pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), mas foi decidida pela LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) em junho. "Teríamos que

manter o superávit com ou sem acordo com o FMI", disse. "Se fizéssemos um superávit primário de 1%, é claro que teríamos mais dinheiro para gastar no primeiro ano. Mas muito possivelmente o país estaria quebrado no segundo ano."

Ao concluir, deixou claro seu otimismo com os rumos do governo Lula. "Temos a chance histórica de o PT ser responsável pela retomada do crescimento econômico por longo período e, pela primeira vez, com distribuição de renda e inclusão social."

Internacional

O ministro Celso Amorim também se mostrou muito positivo com as ações do governo. Embora não seja integrante do PT, ele foi convidado pelo presidente do partido, José Genoino, a informar os dirigentes petistas sobre os rumos da política internacional.

Para o chanceler, a política externa de Lula tem sido "ativa e altiva", dando como exemplo o sucesso do governo brasileiro em modificar a agenda de negociações da Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

"O governo brasileiro conseguiu o que parecia im-

possível ao mudar a agenda da Alca", afirmou. Ele se referia à proposta feita conjuntamente pelos EUA e Brasil e aprovada pelos 34 membros, na 8ª Reunião Ministerial para a criação da Alca, em novembro, que dará um novo formato — mais abrangente e flexível — ao acordo.

Amorim ressaltou que o Brasil não pode desprezar o mercado norte-americano, mas não pode aceitar os termos das negociações que haviam sido colocados por eles, que prejudicavam o Brasil em muitos pontos. "Temos que continuar a ser firmes nas negociações."

Sobre as viagens internacionais de Lula, o ministro considerou-as fundamentais para o equilíbrio das relações comerciais mundiais. "Como o Lula repetiu várias vezes, o que se está querendo fazer é criar uma nova geografia internacional", explicou. As visitas à África, aos países árabes e aos países sul-americanos, bem como o fortalecimento do Mercosul e da parceria com a Comunidade Andina fazem parte de um esforço para fortalecer os países em desenvolvimento e permitir que haja negociações mais equilibradas com os países ricos.

O PT DEVE APOIAR DE FORMA RESOLUTA AS AÇÕES DE GOVERNO QUE AVANÇAM NA DIREÇÃO DO PROGRAMA DEMOCRÁTICO

O Diretório Nacional do PT, reunido nos dias 13 e 14 de dezembro, em Brasília, aprovou uma resolução que reitera o apoio do partido às ações do governo Lula e define as prioridades para o próximo ano. Também foi aprovado documento que estabelece as táticas partidárias para a campanha eleitoral de 2004.

O presidente nacional do PT, José Genoino, considerou os debates "politizados e de bom nível". No sábado, primeiro dia da reunião, os ministros Celso Amorim (Relações Exteriores) e Antônio Palocci (Fazenda) fizeram um balanço das ações ligadas às suas pastas. Eles também responderam a dúvidas e críticas do plenário da reunião.

O debate culminou com a aprovação das resoluções "O Governo Lula e as Perspectivas para 2004" e "Eleições Municipais 2004 - Resolução Sobre Tática Eleitoral".

No domingo, a discussão foi em torno da situação dos deputados João Batista Babá (PA), Luciana Genro (RS), João Fontes (SE) e da senadora Heloísa Helena (AL), que acabaram afastados do partido (leia à pág. 7).

Rumos do governo

A resolução "O Governo Lula e as Perspectivas para 2004" destaca a garantia da governabilidade, a retomada das condições do desenvolvimento econômico, a recuperação da soberania nacional e a implementação dos programas sociais como os principais destaques da gestão Lula.

O documento afirma que o PT "não vacilou e não pode vacilar" no apoio ao governo federal, que expressa a implementação do programa do partido. "O PT deve apoiar de forma resoluta as ações de governo que avançam na direção do programa democrático e popular e vão ao encontro dos anseios e esperanças despertadas pela vitória de Lula, com as mudanças esperadas pelo povo." Por outro lado, o texto ressaltou a autonomia do partido ao destacar que o PT deve patrocinar o debate antecipado dos grandes temas e iniciativas governamentais, encaminhando de forma imparcial as sugestões das instâncias partidárias.

O Diretório Nacional considera que a situação de crise econômica herdada da gestão anterior exigia que o governo Lula assumisse um compromisso claro com a condução de uma política econômica responsável, apoiada no equilíbrio fiscal, no controle da inflação e no regime de câmbio flutuante. Listando índices positivos que já se apresentam no país — como a queda da inflação, a retomada do crédito e a redução das taxas de juros —, o PT propõe que o

governo defina uma agenda concreta para tratar da microeconomia de forma articulada com os setores produtivos, com o objetivo de incrementar o desenvolvimento e o emprego.

Em relação aos rumos do PT, o Diretório Nacional afirma que, vencida a etapa mais difícil da garantia da governabilidade, o partido precisa, agora, aprofundar seu relacionamento com a sociedade, com a intelectualidade, com a juventude e com os movimentos sociais, avançando na definição de políticas públicas para eles. Segundo o presidente Genoino, em 2004, a agenda do PT deve ampliar a importância da discussão do PT nas reformas política, do Judiciário e trabalhista. "O documento apresenta ao governo um compromisso cujo objetivo central é realizar um modelo econômico que produza distribuição da renda, igualdade e justiça social", resumiu.

A resolução foi aprovada por 46 votos e recebeu três emendas. Das oito teses originais apresentadas no início da reunião, quatro foram retiradas, e as outras quatro receberam, juntas, 27 votos. São elas: "Contribuição ao debate — Balanço de 1 ano de governo" (Democracia Socialista), que recebeu 19 votos; "Texto para discussão interna" (Movimento PT), com 6 votos; e "Balanço de um ano, rumo a 2004" (O Trabalho), que recebeu 2 votos.

Tática eleitoral

A resolução aprovada sobre tática eleitoral para a campanha de 2004 estabelece, entre outras coisas, que o partido deve trabalhar para manter e aumentar o número de administrações petistas nas capitais e nos grandes centros urbanos e avançar nos médios e pequenos municípios. O partido pretende multiplicar o número de prefeitos e vereadores e, para isso, entende que é necessário ter maior número de candidatos, permitindo que o partido esteja representado no maior número de municípios possível.

Sobre a política de alianças, serão levados em conta os partidos que compõem a base de sustentação do governo Lula, priorizando o campo popular e democrático, e o perfil democrático e ético dos candidatos. Alianças com partidos que não compõem a base de sustentação do governo serão tratadas caso a caso.

O Diretório Nacional ressaltou, ainda, que a militância e os candidatos devem estar preparados para defender o governo Lula, condição considerada necessária para o êxito do PT nas eleições municipais. Leia, nas páginas seguintes, a íntegra das resoluções aprovadas.

INTEGRA

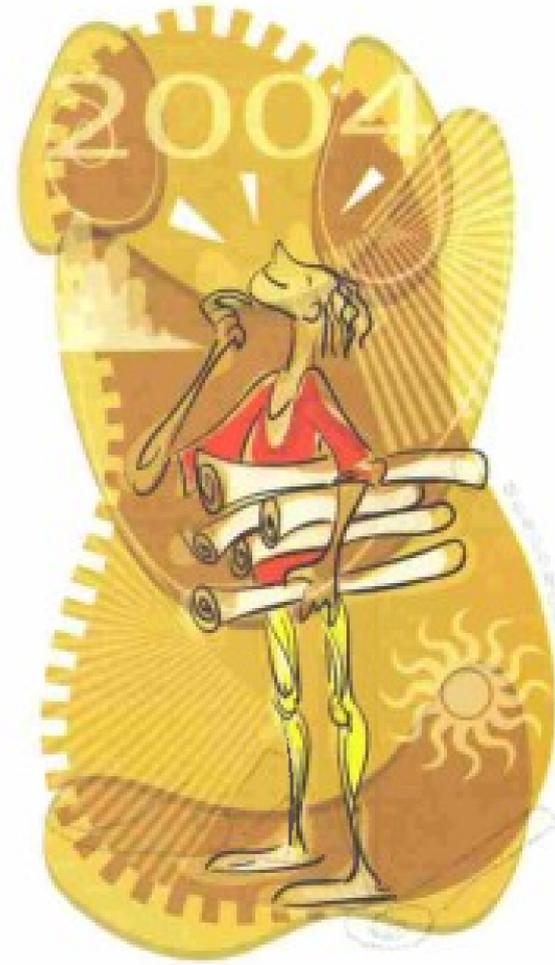
Resolução define tática eleitoral

LEIA TEXTO COM AS ESTRATÉGIAS PARA ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2004

1 – Para o PT, a singularidade das eleições municipais de 2004 consiste em disputá-las na condição de ser ao mesmo tempo o partido do presidente da República e o principal partido do governo. Por isso, as condições do país, especialmente da economia e a avaliação popular do desempenho do governo Lula, serão variáveis influentes na determinação dos resultados da disputa eleitoral do próximo ano. Essas variáveis, contudo, devem ser relativizadas, pois a centralidade das eleições municipais será definida pelo seu caráter local e municipal. O eleitorado estará mais preocupado em eleger prefeitos, em escolher boas propostas para soluções de problemas municipais do que julgar o desempenho do governo federal. Além disso, os fatores que determinam a decisão do voto do eleitorado são multidimensionais.

2 – Levando em conta que o projeto estratégico do PT é um projeto nacional, o Partido, os candidatos e a militância devem se preparar de forma consistente para sustentar politicamente a defesa do governo Lula. Estar bem preparado para defender o governo significa não abrir flancos nas nossas linhas de defesa, impedindo que os nossos adversários desorganizem nossas forças, enfraqueçam nossos argumentos e confundam o eleitorado. Nesse contexto, preparar-se para defender o governo Lula torna-se condição necessária para o êxito do PT nas eleições municipais.

3 – Não ignorando a incidência de variáveis nacionais na disputa eleitoral municipal, o PT, contudo, deverá disputá-la priorizando projetos e programas municipais, em relação aos quais o Partido já tem fortes marcas. Sabendo fazer um balanceamento lático das variáveis que estarão em jogo, buscando sempre travar a disputa no terreno que lhe será mais favorável, o PT deverá ter uma avaliação correta da realidade nacional e local, uma percepção adequada da conjuntura política, conhecimento do perfil e das expectativas do eleitorado, bons programas de governo, um conhecimento dos adversários, um autoconhecimento das qualidades e deficiências do PT e de seus candidatos e boa logística de campanha. Sempre que possível, os programas municipais devem estabelecer vínculos e



relações com programas e iniciativas do governo Lula. Essas componentes são indispensáveis para definir uma correta estratégia de campanha e obter êxito na sua execução em cada município.

4 – O objetivo central do PT na disputa eleitoral de 2004 consiste em vencer as eleições. Vencer as eleições significa manter e aumentar as administrações petistas nas capitais e nos grandes centros urbanos e avançar nos médios e pequenos municípios. Vencer as eleições significa também aumentar o número de vereadores eleitos pelo PT. Vencer as eleições significa agregar aliados, consolidar alianças e aumentar o grau de apoio e de sustentabilidade política e social ao governo Lula. Vencer as eleições significa espalhar a influência política e a presença institucional do PT, visando avançar no processo de construção do Partido para realizar as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que o Brasil precisa. A vitória das forças que apoiam o governo Lula resultará no fortalecimento e na melhoria da correlação de forças para implementar as mudanças propostas pelo programa de governo.

5 – A política de alianças do PT para as eleições de 2004 deve levar em conta a combinação de dois critérios: 1º) os partidos que compõem a base de sustentação do governo Lula, priorizando o campo popular e democrático; 2º) o

perfil democrático e ético dos candidatos. Isto significa que não será permitido apoiar candidatos acusados de atos de corrupção, envolvidos com o crime organizado, o narcotráfico e com contas rejeitadas. Quanto aos partidos que não compõem a base de sustentação do governo por não fazerem parte do nosso arco de alianças, eles serão tratados caso a caso. Possíveis exceções serão analisadas pelas Executivas estaduais e nacionais. O PT deve reivindicar a cabeça de chapa sempre que o perfil de seus candidatos e a correlação de forças legitimarem esta posição, mas deve saber fazer as concessões necessárias sempre que a correlação de forças e a viabilidade eleitoral dos candidatos beneficiarem os partidos aliados. Nos municípios onde não é possível fazer alianças com a base aliada federal ainda no primeiro turno, o PT deve buscar estabelecer compromissos de apoio mútuo para o segundo turno com esses partidos sempre que a disputa se configurar entre o PT ou partidos da base aliada contra partidos de oposição ao governo.

6 – A organização do PT como partido nacional e a intervenção organizada das direções do Partido no comando da definição de uma estratégia eleitoral nacional e de estratégias eleitorais regionais e locais deve se transformar num trunfo e num fator de vantagem na disputa das eleições municipais do próximo ano. A estruturação organiza-

tiva do Partido, tendo em vista a disputa eleitoral, deve levar em conta as seguintes componentes: implementação nacional, estadual e em macro-regiões de Grupos de Trabalho Eleitoral (GTEs); planejamento estratégico das campanhas nas capitais e nas principais cidades brasileiras a partir de um enfoque dos objetivos nacionais do Partido; elaboração de uma plataforma básica nacional de programa de governo; organização de uma estrutura de assessoria, comunicação e marketing a partir da organização partidária; orientação e assessoria em pesquisas de opinião; organização de uma assessoria em financiamento e logística de campanhas; organização de assessoria jurídica eleitoral; formação e qualificação dos candidatos; criação, a partir do GTE, de um sistema nacional de monitoramento da evolução do quadro das disputas, com mapeamento das deficiências e das potencialidades eleitorais; organização do fluxo de informações sobre as realizações do governo federal para municiar os candidatos e a militância e organização da incidência do governo federal nas eleições municipais.

7 – A prioridade da Executiva Nacional e do GTE Nacional deverá ser a de acompanhar as eleições nas Capitais. As Executivas Estaduais e os GTEs Estaduais devem definir suas prioridades regionais, sempre em articulação com as estruturas nacionais do Partido. O esforço nacional do PT nas eleições do próximo ano deve priorizar a hierarquia dos seguintes objetivos: a) manutenção e ampliação da presença do Partido nas prefeituras das capitais; b) ampliação da presença do PT nas grandes cidades do País; c) manutenção ou reeleição das atuais prefeituras administradas por petistas; e, d) expansão do Partido nos pequenos e médios municípios. Quanto aos vereadores, o PT disputou as eleições de 2000 com cerca de 25 mil candidatos. A meta para 2004 deve ser a de disputar as eleições com um aumento substantivo de candidatos, consolidando a presença do Partido em quase todos os municípios brasileiros. Com a significativa unidade que o PT vem conseguindo, evitando prévias desnecessárias e disputas sectárias, estão dadas as condições para que o Partido alcance seus dois objetivos centrais em 2004: crescer nas eleições municipais e contribuir de forma decisiva para que o governo avance na implementação de um novo projeto de desenvolvimento, com geração de emprego e distribuição de renda.

O fortalecimento dos partidos políticos

José Genoíno*

O PT apoiou, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, o anteprojeto de reforma política apresentado pelo relator Ronaldo Caiado (PFL-GO). Com sua aprovação, o anteprojeto pode agora tramitar na Comissão de Constituição e Justiça. Se passar dessa fase irá para votação em plenário. Embora necessite ser melhorado, o anteprojeto apresenta avanços significativos em relação às atuais condições do sistema eleitoral e partidário. Pode-se dizer que o sentido do fortalecimento dos partidos políticos.

Antes de analisar alguns aspectos do anteprojeto cabe enfatizar que o PT, pela sua história e pela sua prática, sempre lutou para implementar no Brasil um sistema partidário forte e organizado. O PT entende que somente assim a democracia será aperfeiçoada, com uma verdadeira representação do eleitorado. Hoje, os partidos representam pouco o eleitorado. Ocorre que, no atual sistema, os políticos, individualmente, se sobrepõem às estruturas coletivas dos partidos. Trata-se de um modelo partidário segundo o qual o mando pessoal dos caciques vale mais que o corpo coletivo dos filiados. É contra esse sistema que o PT vem se batendo.

O PT entende que a vontade coletiva e as decisões das direções partidárias devem valer mais que a vontade individual dos políticos. Todos os filiados, no entanto, devem ter a liberdade de manifestar suas opiniões. Mas quando os organismos diretivos do partido adotam uma decisão, essa deve valer para o conjunto dos filiados, mesmo para os deputados e senadores. O PT define esta concepção de partido na síntese de dois princípios: liberdade de opinião e de crítica e unidade de ação, com disciplina de voto das bancadas. Se os partidos se tornam centros de referência para o comportamento dos políticos, os partidos passarão a ser mais valorizados pela opinião pública e pelo eleitorado. Agora, se a situação permanecer como está, os partidos reduzidos a meros instrumentos para realizar os interesses individuais dos políticos, então eles continuarão a ser desvalorizados pela sociedade.

É devido a esta desvalorização que muitos políticos trocam de partidos como se estivessem trocando de camisa. Essa desvalorização proporcional também a multiplicação

de partidos, que não passam de legendas de aluguel. O anteprojeto da reforma política, no entanto, traz dois mecanismos importantes para acabar com essa manipulação dos partidos. Um desses mecanismos é a cláusula de barreira. Com a cláusula de barreira cada partido, para obter direito de ter deputados na Câmara, terá que alcançar um percentual mínimo de votos nacionais. O anteprojeto propõe 2%. Mas este percentual pode ser mudado para outro nível, 3% ou 5%, por exemplo. O efeito da cláusula de barreira será o de diminuir o número de partidos. Partidos que servem apenas aos interesses de dois ou três políticos tenderão a desaparecer porque se tornarão eleitoralmente inviáveis.

O outro mecanismo consiste na adoção da lista fechada para a votação nas eleições proporcionais de deputados e vereadores. Isto significa que os partidos, através de suas convenções, indicarão uma lista de candidatos com uma ordem pré-definida. Os eleitores votarão nas listas partidárias e não mais no candidato individualmente. Para efeito de exemplo, se um partido tiver direito de eleger 15 deputados, os eleitos serão os 15 primeiros nomes que constam na lista do partido.

O efeito da lista fechada também será o fortalecimento dos partidos. Para que os candidatos obtenham a indicação na lista terão que se fortalecer internamente aos partidos, o que significa apostar na sua organização. Em segundo lugar, na medida em que o eleitor passa a votar na lista, sua referência será o partido e não mais o candidato. Isto fortalecerá a importância e a responsabilidade dos partidos perante a sociedade.

Em terceiro lugar, note-se que com a lista fechada, afirmar-se-á o princípio de que o mandato pertence ao partido e não ao deputado ou vereador. Assim, quem trocar de partido perderá o mandato. O famoso troca-troca de partidos tenderá a desaparecer. Os políticos deverão ser mais coerentes com os partidos, com os programas e com os compromissos que assumem publicamente. Com essas e outras mudanças que fortalecerão os partidos políticos quem sairá ganhando serão a democracia e a sociedade. A democracia se tornará mais estável. A sociedade passará a sentir-se mais representada pelos partidos e pelos políticos.

*Presidente nacional do PT

Assinatura anual: R\$ 50,00

Sim, eu quero assinar o PTnotícias

Nome _____
Endereço _____
Profissão _____ Tel _____
CEP _____ Cidade _____
Estado _____ CPF _____
E-mail _____
Sexo: Masculino Feminino
Filiado(a) ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo
R. Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana
CEP 04117-091 - São Paulo - SP
Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Genoíno

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
Ozeas Duarte
Ana Ribeiro (assessora)

EDIÇÃO
Priscila Lambert - MTB 31085

REDAÇÃO
Claudio César Xavier, Vladimir Braga e Walter Veniziani

DIAGRAMAÇÃO
Sandra Luiz Alves

APOIO ADMINISTRATIVO
Rodrigo Zamprogna

ILUSTRAÇÃO
Vicente Mandonga

FOTOS
Agência Brasil, Alex Paniago Fideles, Helicisa Barfain e Juan Prágnestof

SEDE

Rua Silveira Martins, 132
São Paulo, SP CEP 01019-000
Tel.: (11) 3243-1313
Fax: (11) 3243-1349
E-mail: pntol@pt.org.br
Página na internet: www.pt.org.br
Tiragem: 12 000 exemplares
Fotótipos e impressão: Neo Graf

PT **PROPONDE** **Assinatura**

Assine o PT Notícias e fique sabendo tudo o que acontece com o nosso partido e com o governo Lula. Quinzenalmente, o PT Notícias chega à sua casa, para deixar você por dentro do que é importante. Basta preencher este cupom, escolher a melhor forma de pagar

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

- 1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo
- 2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo - Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Favaliar junto com o cupom preenchido e o comprovante de depósito)
- 3) Cobrança bancária.
- 4) Cartão de crédito:
 Visa Mastercard Dinors
Número do cartão: _____
Data de validade: ____/____/____

INTEGRA

Leia o texto aprovado pelo DN

**RESOLUÇÃO
POLÍTICA “O
GOVERNO LULA E
AS PERSPECTIVAS
PARA 2004”**

1) – A consolidação do projeto de mudanças

A garantia da governabilidade, a retomada das condições do desenvolvimento econômico, a recuperação da soberania nacional e a implementação dos programas sociais e redistributivos constituem a síntese da positividade que o governo do presidente Lula está afirmando no país depois de quase um ano de poder. Com isso, a desconfiança foi vencida, a crise está ficando para trás, o orgulho nacional está sendo restaurado e a esperança de que o Brasil será mais justo e equitativo está sendo renovada. Apesar das dificuldades, dos sacrifícios e dos enormes desafios a vencer, o povo percebe que o Brasil está no caminho certo e que o governo tem rumo, tem programa e tem objetivos. O povo percebe que o Brasil está caminhando de forma resoluta no sentido das mudanças, que são reivindicadas e aguardadas há anos e que sempre foram postergadas. Mudanças, que agora estão deixando de ser expectativas, promessas, para se tornarem realidade.

A satisfação do povo com o seu presidente e com o seu governo, que se expressa nos altos índices de avaliação positiva, não representa um simples resultado daquilo que já foi feito. A satisfação é a tradução da percepção da coragem do governo em adotar medidas duras para enfrentar a crise. Todos sabem que ainda há muito por fazer. Mas o presidente Lula e o governo como um todo têm demonstrado determinação e vontade política de conduzir o Brasil para o caminho do desenvolvimento, do bem-estar e da justiça. Medidas duras foram tomadas porque eram necessários para resgatar a credibilidade do país, para estabelecer a confiança no governo e para impedir que a crise se aprofundasse. Neste final de ano, quando o horizonte se desanuvia e quanto o ano novo se projeta cheio de potencialidades, o PT afirma que os sacrifícios não foram em vão. O resgate da dignidade de milhões de pessoas é uma demanda irrenunciável neste início de novo milênio para que o Brasil possa se projetar com mais esperanças para o futuro e perante o mundo. O povo brasileiro está hoje mais unido e a sociedade sente um orgulho cívico por ter objetivos comuns, como superar a fome e diminuir a pobreza.

Estes objetivos e a ênfase que o governo vem dando ao social estão promovendo um despertar da cidadania. Através da promoção do social, governo e sociedade põem em movimento um processo de integração e de união nacional. Programas como o Fome Zero, o Bolsa Família, o Primeiro Emprego, o Brasil Alfabetizado, os programas do Ministério da Saúde, entre outros, não são meras medidas fragmentárias em áreas específicas. Compõem um conjunto de ações que promovem a dignidade, constituem



O presidente nacional do PT, José Genoino, defendeu a proposta aprovada pela reunião do Diretório Nacional

cidadania, afirmam direitos. Visando fortalecer a cultura republicana, que supere o patrimonialismo e o clientelismo, o governo tem afirmado o controle social no trato dos recursos públicos, garantindo a participação da comunidade nos conselhos e comitês gestores das políticas públicas, a exemplo da implantação do Programa Bolsa Alimentação. Essa experiência será consolidada com a unificação dos programas de complementação de renda, por meio do Programa Bolsa Família. O governo Lula inovou ao instituir e reforçar organismos administrativos que trabalham com temas socialmente estruturantes como os Direitos Humanos, Gênero e Ruça. A implementação de políticas públicas para as mulheres e de promoção da igualdade racial, para além de fazer o Brasil cumprir resoluções e tratados internacionais, atende a uma demanda histórica dos movimentos sociais. O PT entende que as políticas de ações afirmativas instituídas e que estão sendo implementadas pelas Secretarias Especiais de políticas para as mulheres e de promoção da igualdade racial devem ser continuadas e aprofundadas. Para tanto, é necessária a disseminação destas ações nas cidades e Estados administrados pelo partido como base de sustentação da política federal.

A unificação dos programas distributivos e de renda no Bolsa Família foi uma exigência de racionalização e eficiência. A meta do governo é a de atingir 11,4 milhões de fa-

mílias até 2006, implementando um dos maiores, senão o maior, programas de transferência de renda do mundo. Êxito maior terá o governo federal se construir saídas para estas famílias através da geração de renda e do mercado de trabalho, num esforço conjugado com os entes federados e com a sociedade civil. O crescimento econômico precisa da ação do Estado para enfrentar os problemas da má distribuição de renda. Programas assistenciais são necessários porque a fome não pode esperar e porque os pobres têm urgências. Mas a demanda mais veemente que os excluídos fazem soar nas portas da sociedade incluída é a da dignidade do emprego, é a do acesso ao consumo, é a da integração econômica e são direitos civis e sociais.

Junto com o resgate da cidadania, a sociedade clama pelo resgate de uma vida social fundada em valores éticos. Por isso, o combate à exploração sexual infantil, ao turismo sexual, ao trabalho escravo e ao trabalho infantil deve ser um combate sem tréguas. Combate sem tréguas deve ser movido também contra o crime organizado, o narcotráfico, a corrupção e a violência. A implementação do Sistema Único de Segurança, a adoção do Comando Unificado do Sudeste, a operação Anaconda, a prisão de corruptos em Roraima, o combate às quadrilhas que fraudam o INSS e o fisco são iniciativas importantes. Mas a corrupção estrutural, a formação de quadrilhas

no Judiciário e nas polícias, a crise da segurança pública e a disseminação da violência são tão graves que, por mais que se faça, sempre haverá muito por fazer. É esta dimensão de uma tarefa hercúlea e urgente que deve guiar o governo, o Ministério da Justiça, a Polícia Federal e os demais órgãos públicos com responsabilidade de agir nessas áreas de segurança pública.

As exigências de ética na vida social e de moralização na vida pública são tão fortes que a opinião pública não está mais disposta a tolerar desvios de conduta, desperdícios de recursos. Por isso, o governo deve ficar sempre vigilante quanto a desvios éticos e às pequenas e grandes benesses do poder. Práticas dessa natureza são incompatíveis com um partido que fez e faz da luta por moralidade pública um campo de batalha. São incompatíveis com um governo contra as brechas da corrupção. O nosso governo deve aprofundar o sentido republicano do Estado, valorizando cada bem público, cada centavo arrecadado, através do combate ao desperdício e da prestação de contas transparente de todos os gastos.

Passado quase um ano de governo, crescem as exigências por uma ação governamental mais eficaz. Muito se avançou em termos de governabilidade. O governo reverteu uma situação inicial adversa, de falta de maioria parlamentar. Mas, na medida em que o tempo vai passando, erros administrativos, decisões equivocadas, omissões, falta

de articulação interna, escassez de iniciativas e projetos horizontalizados, são questões que devem ser mudadas e aperfeiçoadas. A exigência de eficácia governamental não deve ser vista apenas como uma questão técnica, relativa ao desempenho. Ela é uma questão política proeminente, já que a sociedade espera muito do nosso governo, já que nós temos um programa a cumprir e já que temos o compromisso de saldar nossas promessas. Por isso, em 2004, o nosso governo, os ministérios, os outros órgãos de primeiro escalão, além de imprimirem mais operacionalidade e eficácia a suas ações, devem definir agendas mais executivas e de maior visibilidade.

A realização das reformas da Previdência e Tributária é fundamental para introduzir padrões de justiça equitativa, cortar privilégios e racionalizar o sistema tributário. A aprovação definitiva da Reforma da Previdência, em apenas um ano de governo, expressa uma grande vitória e comprova a capacidade do governo de produzir acordos e consensos. Da mesma forma, a aprovação de leis como a nova Lei de Falências e o projeto de Lei da Biossegurança encaminham o Brasil para a sua modernização em aspectos importantes da segurança jurídica e para permitir avanços nas fronteiras do conhecimento. O empenho em aprovar o Estatuto do Desarmamento e a sanção do Estatuto do Idoso têm o claro objetivo de avançar na busca da paz social e garantir direitos a

setores específicos. Mas a tarefa de modernizar o Brasil através de reformas constitucionais ainda está inconclusa. Por isso, em 2004 o PT deve priorizar a realização da reforma do Judiciário, da reforma Política e da reforma Trabalhista. A reforma Trabalhista deve tomar como base as conclusões e a dinâmica do Fórum Nacional do Trabalho. Para o PT, a reforma política deve tomar por base o princípio da fidelidade partidária, do financiamento público das campanhas eleitorais e do fortalecimento dos partidos políticos. O PT deve defender a preservação dos direitos básicos como repouso semanal, décimo terceiro salário, férias, licença maternidade e Fundo de Garantia. Além de serem necessidades inadiáveis do país, essas reformas, são compromissos que assumimos na campanha. Quanto à Reforma Agrária, com o lançamento do Programa Nacional, o governo definiu os parâmetros de como ela será feita e as metas a serem alcançadas. Se ela não atende as expectativas plenas dos movimentos que lutam pela terra, cabe dizer que, atingidas as metas propostas até 2006, nenhum governo do passado terá feito tanto pela reforma agrária como fará o governo Lula. É preciso notar que o acesso à terra pela desapropriação para fins de reforma agrária enfrenta obstáculos nas interpretações da Constituição. Setores do Judiciário têm interpretado de forma tendenciosa o princípio da função social da propriedade, dificultando desapropriações.

Um dos pontos nos quais mais se destaca o governo Lula é na implementação da democracia, do diálogo e da busca de construção de consensos como método de exercício do poder. Os debates promovidos no CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) e pela Secretaria Geral da Presidência da República, envolvendo o governo e os mais diversos setores econômicos e sociais, o processo de consulta popular inédito para a definição do PPA, a criação de Conselhos, o diálogo com o Congresso, com o Judiciário, com os governadores e prefeitos, com os empresários, com os movimentos sociais, com os movimentos populares e a realização de Conferências Setoriais nas áreas da saúde, cidades, meio ambiente, assistência social etc, representam práticas democráticas do exercício do poder que não encontram paralelo na história democrática do Brasil. O desafio, em 2004, é aprofundar as práticas democráticas e institucionalizar formas de controle social do Estado. No âmbito do CDES e na relação do governo com a sociedade é possível, no próximo ano, chegar a um acordo sobre os pontos de um consenso mínimo que configure as bases do Pacto Social, articulado por um bloco político e social de forças, em torno de um novo modelo de desenvolvimento e de inclusão social. A realização do I Congresso de Concertação Social, em julho de 2004, coordenado pelo governo e por mais de 100 entidades da sociedade civil, representará um momento decisivo para a pactuação de um



O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), e a ministra Emília Fernandes integraram a mesa na reunião do DN

novo contrato capaz de se tornar a força propulsora de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social do país.

O enfrentamento da crise econômica foi bem-sucedido, evitando que a inflação disparasse e que a situação fugisse de controle. Para evitar o retorno dos riscos da crise é preciso reduzir a vulnerabilidade externa através da desdolarização e alongamento da dívida pública, diminuindo seu peso no orçamento, fator que permitirá maior liberação de recursos para as áreas sociais e para investimentos em infra-estrutura. O que a sociedade espera, para 2004, é a retomada do crescimento econômico, a geração de empregos, a recuperação do poder aquisitivo dos salários, a inclusão de excluídos na estrada do progresso, a diminuição das brutais diferenças de riqueza e renda, melhor qualidade de ensino, saúde mais acessível e mais humanizada, menos violência e mais segurança e paz. Para ter êxito no equacionamento dessas necessidades e conquista desses objetivos, o governo deve conferir o sentido de um projeto estratégico às suas ações. Conferir o sentido de um projeto estratégico, articulando em torno dele todas as ações governamentais, é decisivo para que a sociedade e os atores sociais e econômicos tenham uma visibilidade clara onde o governo quer chegar. Os parâmetros desse projeto estratégico, grosso modo, estão no programa de governo do PT e nas diretrizes gerais do governo Lula. O que falta é aprofundar e traduzir de forma prática esse projeto, dando-lhe sentido de unidade e visibilidade em marcos, metas e objetivos de governo.

Nesse primeiro ano de mandato do governo Lula e de nova legislação, as bancadas do PT na Câmara e no Senado desempenharam e estão desempenhando um papel fundamental no processo de aprovação das reformas e de outros projetos importantes para o país. Os resultados positivos nas votações deve ser creditado, em grande medida, aos líderes e ao conjunto de deputados e senadores petistas. Mas os mecanismos de coordenação das bancadas com o Partido e das bancadas com o governo, no entanto, precisam melhorar. O próprio debate democrático interno às bancadas precisa ser mais efetivo para melhorar a eficácia da intervenção e a interlocução com o governo e com o Partido. As bancadas, como órgãos partidários, têm um importante papel a desempenhar na elaboração e proposição de propostas e projetos para o governo.

O PT não vacilou e não pode vacilar no apoio ao governo. O PT apóia o governo porque este expressa a implementação do programa do Partido. Não apoiar o gover-

no de forma resoluta significaria trair a determinação democrática que o PT recebeu das urnas. Não apoiar o governo ou apoiá-lo de forma tímida, significaria colocar em risco a governabilidade e disseminar a desconfiança sobre a capacidade do PT de governar. Significaria desorganizar a base governista e deslegitimar a ação do Partido junto à opinião pública e aos demais partidos políticos. Além de ser uma determinação das urnas, o apoio que o PT deu ao governo era uma exigência da gravidade do momento político em que Lula assumiu a Presidência da República. Era preciso desfazer projeções negativas sobre o novo governo; era preciso garantir a governabilidade; era preciso bloquear a crise econômica e recuperar a confiança externa e interna nas capacidades do país e era preciso reconstruir as condições de gestão e montar as equipes ministeriais. Qualquer indecisão do PT teria representado um enorme risco para o governo e para o país como um todo. Foram estas dificuldades, esta complexidade e esta responsabilidade que alguns poucos petistas não conseguiram compreender.

O PT tem enorme responsabilidade no apoio e sustentação de nosso governo. O PT deve apoiar de forma resoluta as ações de governo que avançam na direção do programa democrático e popular e vão ao encontro dos anseios e esperanças despertadas pela vitória de Lula, com as mudanças esperadas pelo povo. Por isso, o Partido, seus militantes e sua bancada parlamentar, sem prejuízo de sua autonomia, são os maiores fiadores do governo e sua mais importante base de sustentação. Assim, necessitam participar e acompanhar passo a passo as grandes decisões do governo. Sem convencimento político, não se ganha em convicção de militantes e parlamentares para defender com garra as propostas que vêm do governo. Sem esse convencimento se perde a capacidade efetiva de garantir governabilidade. Por outro lado, o partido deve patrocinar o debate antecipado dos grandes temas e iniciativas governamentais, encaminhando de forma imparcial e fraterna as sugestões das instâncias partidárias. Isto é garantia de governabilidade real e cumprimento de nossos compromissos populares, com uma bancada parlamentar integrada, pró-ativa e referenciada nos nossos vínculos com o movimento social. Essa é a governabilidade que interessa ao governo, ao PT e à mudança social no Brasil.

Mesmo com essas tarefas relativas ao governo, o PT não deixou de apostar na sua organização: reuniu vereadores, deputados, senadores, prefeitos, governadores, fez mais de uma centena de plenárias e seminários com a militância

para discutir os rumos do governo e as reformas, realizou mais de uma dezena de conferências setoriais, organizou GTEs e desencadeou uma campanha de filiações sem precedentes na história do Partido. O PT participou das mobilizações contra a guerra do Iraque, fazendo um pronunciamento inequívoco pela paz mundial e em defesa do multilateralismo. O PT e o governo Lula tiveram um momento especial de atenção de inúmeros outros partidos e organizações de esquerda do mundo com a realização do Congresso da Internacional Socialista em São Paulo. Nas duas reuniões anteriores do Diretório Nacional, a direção partidária, cumprindo o seu dever, aprovou resoluções consistentes em relação à conjuntura e ao governo, orientando todo o Partido. Na última resolução, estabeleceu a necessidade de centralizar a política do Partido e do governo na ênfase no desenvolvimento econômico, na geração de emprego e na distribuição de renda. A direção do Partido em momento algum deixou de levar suas preocupações ao governo em torno de temas relevantes como as reformas, a situação econômica, a reforma agrária, a MP dos transgênicos etc.

Vencida a etapa mais difícil da montagem do governo e da garantia da governabilidade, o PT tem agora mais condições de voltar-se para as suas funções e desafios específicos como Partido. O PT precisa, agora, aprofundar seu relacionamento com sociedade, com a intelectualidade, com a juventude e com os movimentos sociais, a exemplo do que fizemos recentemente nas manifestações do MST e dos demais movimentos que lutam pela reforma agrária e na participação ativa no Fórum Social Brasileiro. É necessário avançar, no entanto, na relação com os movimentos sociais e na definição de políticas públicas para os mesmos. O PT tem nos movimentos sociais e na intelectualidade duas de suas várias vertentes originárias e deve manter, com os mesmos, vínculos orgânicos permanentes. Da mesma forma em que o PT não pode ser dóbil em relação ao apoio ao governo, não pode ficar indeciso em apoiar reivindicações legítimas dos movimentos sociais, mediar a relação destes com o poder público e participar de mobilizações e manifestações que respeitem a ordem democrática. Motivado por esse espírito militante e ativo, o PT enfrentará seu maior desafio em 2004, que será o de vencer as eleições municipais.

II) – Política externa afirmativa e o resgate da soberania

Um dos maiores êxitos do governo Lula, nesse primeiro ano de mandato, sem dúvida foi na política externa. O governo decidiu investir de forma ativa na política externa recuperando o seu sentido estratégico, a partir de definição de princípios, interesses e objetivos. O investimento do governo numa política externa ativa e no incremento do comércio exterior, com as frequentes viagens do presidente Lula, é decisivo para equacionar um aspecto do desenvolvimento econômico e do crescimento do país. A política externa do novo governo deixou de ser passiva e subalterna. O governo posicionou-se de forma resoluta nos grandes temas mundiais. Maior



Integrantes do Diretório Nacional votam resolução sobre o governo Lula no primeiro dia da reunião, que definiu também as estratégias do partido para as eleições do próximo ano

exemplo disso foi quando disse um não à guerra do Iraque. O governo Lula compreendeu que ampliar os espaços de atuação internacional do Estado brasileiro é decisivo para contrabalançar os impactos estratégicos da economia internacional sobre a economia nacional, no contexto do mundo globalizado. Inserir o Brasil de forma soberana no mundo, projetando sua liderança em âmbitos que lhes são computáveis e agir de forma cooperativa com outros países, defendendo a democracia, a paz, a liberdade e o multilateralismo, são princípios que norteiam a política externa do governo.

Destaque-se os seguintes objetivos:

- ★ Reduzir a vulnerabilidade externa;
- ★ Ampliar de forma sustentada os saldos comerciais;
- ★ Aumentar o protagonismo comercial e diplomático do Brasil no cenário internacional;
- ★ Recuperar e fortalecer o Mercosul, transformando-o em instrumento de agregação da América do Sul e base sólida para enfrentar em melhores condições os desafios da globalização;
- ★ Construir parcerias estratégicas com grandes países emergentes (China, Índia, Rússia, África do Sul etc.);
- ★ Propugnar pela reestruturação do Conselho de Seguran-

ça da ONU, de forma a democratizá-lo e modernizá-lo; e

- ★ Catalisar a cooperação Sul-Sul.

Coerente com esses objetivos, o governo conseguiu resultados positivos, a saber:

- ★ Contribuiu decisivamente para modular a crise na Venezuela, afirmando, dessa forma, a sua liderança na América do Sul;
- ★ Destacou-se nos grandes fóruns mundiais (Ponto Alegre e Davos), propondo temas relevantes para a agenda mundial, como o combate à fome;
- ★ Vem conseguindo êxito na recuperação do Mercosul;
- ★ Propôs alternativa viável para as negociações da Alca em seu atual formato, tendo-se transformado em pólo de oposição aos desejos de dominação dos Estados Unidos;
- ★ Adotou uma posição firme nas negociações comerciais de defesa dos interesses do país e vem exercendo papel de liderança entre os países desenvolvidos;
- ★ Organizou e liderou o G+, base para a retomada da formação de uma grande aliança de países emergentes que os permita reunir força e "massa crítica" nas negociações comerciais, especialmente na OMC;
- ★ Contribuiu decisivamente para a solução democrática, dentro dos moldes internacionais, da crise na Bolívia; e

- ★ Está recolocando a África e o Oriente Médio numa posição prioritária em nossa política externa.

Para assegurar seu êxito, é desejável que, no futuro próximo, a política externa brasileira consiga cumprir objetivos básicos, como:

- Manter a proposta da Alca flexível, tal como expressa na Declaração Ministerial de Miami, e não transigir em relação ao tratamento dos temas sensíveis (investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual, serviços etc.);
- Ampliar o G+, de forma a barrar, na OMC, novas concessões nos temas sensíveis e nos temas de Cingapura e conseguir resultados positivos nas negociações de subsídios agrícolas e antidumping;
- Aprofundar e acelerar a reconstrução do Mercosul, particularmente no que se refere à sua integração material (transportes, comunicações etc.) e aos aspectos sociais de integração, como a livre circulação de trabalhadores;
- Continuar a propugnar pela reestruturação da ONU e o interesse do Brasil de integrar de forma permanente seu Conselho de Segurança; e
- Melhorar a política de assistência dos brasileiros no exterior.

III) O desempenho da economia: consolidar a estabilidade e avançar na implantação de um novo modelo de desenvolvimento

1 – A política econômica do governo Lula, no ano de 2003, caracterizou-se pelo enfrentamento e superação do quadro de crise herdado do governo anterior. Nunca é demais lembrar que o risco-Brasil estava num patamar superior a 2000 pontos, que a taxa de inflação anualizada estava a mais de 30% e que o câmbio estava próximo aos R\$ 4,00. Esse quadro crítico ficou agravado pelas desconfiâncias que se

projetaram, durante a campanha eleitoral do ano passado, sobre a capacidade de gestão econômica do governo Lula. Este cenário exigiu um enorme esforço do governo para estancar a crise, recuperar a credibilidade na economia brasileira, garantir a estabilidade macroeconômica e gerar confiança na capacidade de gestão da economia pelo novo governo. Sem o equacionamento destes pré-requisitos seria impossível avançar de forma consistente na criação das condições para a retomada do desenvolvimento econômico, com distribuição de renda e criação de emprego, objetivos centrais do governo e do PT. O equacionamento adequado desses pré-requisitos exigia que o governo Lula assumisse um compromisso claro com a condução de uma política econômica responsável, apoiada no equilíbrio fiscal, no controle da inflação e no regime de câmbio flutuante.

2 – A política fiscal que vem sendo implementada pelo governo representa uma nova fase do ajuste fiscal do Brasil. É preciso enfatizar que a política fiscal do novo governo agrega uma qualidade diferente daquela que vinha sendo implementada pelo governo anterior. Com efeito, entre 1995 e 2002, a solução para os desequilíbrios fiscais do governo foi buscada no au-

mento da carga tributária – que passou de 28% para 36% do PIB nesse período – e no aumento da dívida líquida do setor público – que passou de 30% para 57% do PIB. Por considerar que o aumento da carga tributária penaliza a economia e dificulta a retomada do crescimento e a recuperação do nível de emprego, e por considerar que o aumento da dívida líquida do setor público proporciona uma elevação dos prêmios de risco e, consequentemente, dificulta a queda das taxas de juros de mercado, o governo decidiu romper com o modelo anterior, optando pela realização de um ajuste fiscal apoiado no corte de despesas. O aspecto central desse esforço consistiu na fixação na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para este e para o próximo ano, da meta de superávit primário de 4,25%. O governo definiu também como aspecto importante de sua estratégia fiscal políticas contra-cíclicas para que possa aumentar suas despesas nos períodos de queda do nível de atividade econômica (financiadas pelos recursos acumulados nos períodos de maior aquecimento da economia, isto sem comprometer as metas de superávits necessários para assegurar a queda da dívida líquida do setor público como proporção do PIB. A política de austeridade fiscal adotada pelo governo abre

caminho para a promoção de um ajuste estrutural das contas públicas, essencial para assegurar a solvência de longo prazo.

3 – A promoção do ajuste fiscal pelo corte de despesas públicas vem se mostrando decisiva como causa da queda continuada dos prêmios de risco, que agora estão abaixo dos 500 pontos. O objetivo deste modelo de ajuste consiste em conter a tendência de aumento da razão da dívida líquida do setor público em relação ao PIB. Em setembro de 2002 essa relação estava em 62,51%. Em agosto de 2003 esta relação era de 57,74%, registrando o aumento de 1,21 ponto percentual em relação a dezembro de 2002. Em que pese esse aumento, o governo avançou no sentido de tornar mais administrável a dívida pública. A proporção da dívida expressa em dólar na dívida pública mobiliária caiu de 40,67% em setembro do ano passado para 28,1% em agosto de 2003. Outra conquista importante foi o aumento da participação dos títulos pré-fixados na dívida mobiliária, que era de 1,91%, em janeiro de 2003, e foi para 7,42% em agosto. Esses números significam que o governo está recuperando a credibilidade, já que os investidores estão se sentindo confiantes por adquirirem títulos não indexados à inflação e à taxa de câmbio. Significam também um alongamento do perfil da dívida e uma diminuição do seu custo. Ao afastar a hipótese de financiamento inflacionário do gasto público e ao favorecer o alívio das pressões inflacionárias e a queda dos prêmios de risco, a política fiscal adotada abriu espaço para a queda sustentável das taxas de juros, compromisso assumido durante a campanha pelo PT e pelo presidente Lula.

4 – A ameaça de descontrolado inflacionário exigiu, num primeiro momento, que o governo adotasse a política monetária para conter a inflação,

aumentando a taxa básica de juros. Mas na medida em que a política monetária se mostrou eficaz no combate à inflação abriu-se espaço para uma queda continuada da taxa de juros. Evidentemente, há no PT e fora dele opiniões que sustentam que a política monetária poderia ter sido afrouxada há mais tempo e com uma queda mais veloz na taxa de juros. Independentemente da polêmica, o fato é que já em maio, o IGP-DI registrou deflação e em junho o deflacionador chegou aos preços ao consumidor (IPCA). Apesar de algumas variações positivas desses índices devidas a efeitos sazonais, o seu comportamento vem apontando para a retomada de uma trajetória de queda da inflação. Para o próximo ano, as previsões do governo baseiam-se na expectativa de retomada do crescimento econômico e na vigência de um cenário favorável para as três principais fontes de pressão sobre a inflação: a taxa de câmbio, os preços do petróleo e a oferta agrícola. Nesse contexto, as expectativas são de que a inflação do próximo ano convirja para a meta de 5,5% fixada para 2004.

5 – A partir da consolidação de um cenário favorável ao controle da inflação, as taxas de juros iniciaram uma trajetória de queda. De maio a novembro de 2003, a taxa básica de juros passou de 26,5% ao ano para 17,5% ao ano. Mesmo assim, uma taxa de juros reais de 11% dificulta a retomada econômica. A tendência para os próximos meses é de continuidade da redução da taxa básica de juros do Banco Central. Embora o governo não defina um limite para a queda dos juros, analistas prognosticam, para o próximo ano, uma taxa de juros real de 8% a 9%. Bastante significativa também é a queda das taxas de juros de mercado de 2002 para 1998. Para o próximo ano, espera-se que a economia brasileira tenha um crescimento do PIB entre 3,5% e 4%, puxado pela recuperação do nível de absorção doméstica e também pelas exportações, que deverão ter um desempenho favorável em função da recuperação da economia global.

7 – O Brasil está tendo, em 2003, um excepcional desempenho das suas contas externas. A crise vivenciada em 2002 foi, sob vários aspectos, a mais grave pela qual a economia brasileira passou nos últimos anos: (i) o país perdeu cerca de 30 bilhões de dólares em poucos meses, o que é muito quando se considera que no ano passado a economia produziu US\$ 451 bilhões; (ii) o investimento direto estrangeiro caiu 45% no segundo semestre de 2002, em relação ao segundo semestre de 2001; e (iii) a taxa de rolagem dos débitos externos do setor privado passou de 123%, em dezembro de 2001, para 24% em dezembro de 2002. Isto é: no final de 2001 as empresas estavam captando um volume de recursos maior do que aquilo que estavam pagando

cal. A consolidação dessa trajetória constitui um cenário propício à retomada do investimento privado e do crescimento econômico. A retomada dos níveis de atividade na economia brasileira já vem, inclusive, ocorrendo desde julho. Conforme demonstram os indicadores de crescimento da produção industrial em julho o crescimento foi de 0,9%, em agosto de 1,6% e em setembro de 4,3%. De junho a setembro, a indústria acumulou expansão de 6,9%. A pequena variação negativa ocorrida em outubro não deverá comprometer a tendência da retomada da atividade industrial. É preciso reconhecer que o aperto fiscal e monetário, contingência necessária dado o estado das contas públicas e da inflação, foi determinante para a revisão sucessiva para baixo quanto ao crescimento do PIB em 2003. Mesmo que o PIB do terceiro trimestre do ano – 0,4% – tenha ficado abaixo do esperado, a tendência de uma retomada mais consistente do crescimento não fica comprometida. Neste final de ano já há quase certeza de que o crescimento do PIB em 2003 terá uma variação positiva, mesmo que pequena, o que não deixa de ser auspicioso quando se considera a profundidade das medidas fiscais e monetárias que foram adotadas. Há que se considerar também que outras economias de países em desenvolvimento, que enfrentaram crises semelhantes àquela vivenciada pela economia brasileira em fins do ano passado, passaram por ajustes caracterizados pela queda do PIB, merecendo destaque às quedas de 11% na Argentina em 2002, de 6,17% no México em 1995 e de 6,7% na Colômbia em 1998. Para o próximo ano, espera-se que a economia brasileira tenha um crescimento do PIB entre 3,5% e 4%, puxado pela recuperação do nível de absorção doméstica e também pelas exportações, que deverão ter um desempenho favorável em função da recuperação da economia global.

10 – A taxa de desemprego medida pelo IBGE nas seis regiões metropolitanas manteve níveis alarmantes: 13% no mês de agosto e 12,9% em setembro. Usando critérios diferentes dos do IBGE, pesquisa feita pela Fundação Seade e pelo Dieese indica que o desemprego na Grande São Paulo em outubro foi de 20,4%, a maior taxa do mês desde 1985. Isso, contudo, não significou uma perda da capacidade de criação de novos



Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini



Ministro da Educação, Cristovam Buarque



O assessor especial da Presidência, Marco Aurélio Garcia



Ministro da Casa Civil, José Dirceu

postos de trabalho. Os dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho (Caged), indicaram a geração de 839.677 postos formais de trabalho no setor privado em todo o Brasil, de dezembro de 2002 até setembro de 2003, o que representou uma variação positiva de 3,78% no emprego formal. A maior parte dos empregos formais que estão sendo criados se concentram no interior do país. Dados para o período entre agosto de 2002 e agosto de 2003 revelam que 70,8% dos postos de trabalho formais criados foram no interior do país. Esse comportamento favorável do emprego formal no interior é, em grande parte, explicado pelo desempenho excepcional da atividade agrícola neste ano de 2003, que assistiu a um aumento de 26% na safra 2002/2003 em relação à safra do ano anterior. O desemprego é identificado pela população como o principal problema do país. De acordo com o IBGE, a massa salarial da indústria caiu 5,9% de janeiro a setembro e a renda dos trabalhadores em outubro é 15,2% menor em relação a outubro de 2002. Os dissídios coletivos do segundo semestre, no entanto, sinalizam uma tendência de recomposição salarial de vários segmentos dos trabalhadores da indústria. O governo não conseguiu, com exceção do Primeiro Emprego, implementar medidas pró-ativas específicas para a geração de empregos. Nos dois últimos meses se observa uma tênue retomada do emprego industrial em várias regiões metropolitanas. As expectativas para a retomada do emprego em 2004 são favoráveis, sobretudo, diante da retomada do crescimento econômico. Mas somente quando o crescimento do PIB se colocar acima dos 3% ao ano, o desemprego deverá começar a ceder de forma mais consistente. Dada a dramaticidade que o desemprego real e a ameaça de desemprego representam para grande parte da população, o PT sugere que o governo crie um Grupo de Trabalho Interministerial, interagindo com as centrais sindicais, visando estudar e adotar medidas específicas para gerar empregos.

11 – Apesar do êxito da política econômica, comprovado pela recente evolução favorável dos principais indicadores econômicos, o ano de 2003 registra uma das taxas mais baixas de investimento dos últimos anos – cerca de 17,6% do PIB. O investimento estrangeiro direto também registra uma queda de cerca de 50% em relação a 2002. Este quadro mostra que o governo deve ir além da estabilidade macroeconômica e da sustentabilidade fiscal. Considerando os êxitos alcançados até aqui e levando em conta o programa da eleição do presidente Lula, o PT propõe que o governo faça uma inflexão maior na política econômica no sentido de priorizar as tarefas e as medidas voltadas para a retomada do desenvolvimento, com a geração de emprego e distribuição de renda. O principal desafio do governo no próximo período consiste em incrementar aquilo que se pode definir como as condições infra-estruturais materiais e legais para a retomada dos investimentos e do crescimento. Quanto às condições infra-estruturais materiais, trata-se de investir recursos e esforços em energia, transportes, comunicações, saneamento, política industri-



Mercadante disse que a principal tarefa foi mudar o padrão de inserção internacional e construir governabilidade

al, política de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), melhoria dos sistemas de educação e saúde. Quanto à política industrial, o DN reafirma os termos da resolução de julho de 2003, mas enfatiza o caráter de urgência na implementação das diretrizes aprovadas pelo governo em final de novembro. Trata-se de apostar em medidas concretas visando incrementar a modernização, a inovação e a diferenciação produtivas, com aportes de conhecimento e tecnologia em segmentos, grupos de empresas, empresas e cadeias produtivas. Produzir um choque de valor agregado em segmentos da produção industrial brasileira é um imperativo decisivo e estratégico para que o país possa avançar na consolidação de uma política de desenvolvimento orientada para as exportações sem sofrer os riscos da pressão interna. Em suma: o governo precisa definir uma agenda concreta para tratar da microeconomia de forma articulada com os setores produtivos, com o objetivo de incrementar o desenvolvimento e o emprego. Dessa agenda devem constar temas como políticas industriais setoriais; estruturação de cadeias produtivas; inovação tecnológica e produtiva; relação entre as universidades e a tecnologia e a produção; nova lei de inovações (estimulando as parcerias entre o setor privado com as universidades e instituições de pesquisa); modernização e democratização dos mercados de capitais, articulação e maior organização das iniciativas de micro-crédito, apoio ao empreendedorismo e às pequenas e médias empresas. Além de aumentar as exportações, essas iniciativas devem estar voltadas para o incremento do mercado interno de massas.

12 – Outra preocupação fundamental do governo em 2004, tendo em vista a criação de condições infra-estruturais materiais para a retomada dos investimentos privados e do desenvolvimento, consiste em incrementar os investimentos públicos em infra-estrutura e logística. Como já assinalamos na resolução de julho, o investimento público em infra-estrutura vêm caindo de forma continuada ao longo última década. A existência de uma infra-estrutura adequada não só condiciona a atratividade de

novos investimentos, mas se constitui num aspecto importante para tornar as exportações mais competitivas. Embora o governo deva priorizar os estrangulamentos de curto prazo na infra-estrutura, deve também conferir ao setor um sentido de planejamento estratégico de longo prazo identificando as interações dinâmicas que os setores de infra-estrutura e logística estabelecem com a política de desenvolvimento. A retomada dos investimentos em infra-estrutura passa por duas diretrizes. A primeira diretriz, e que já se encontra em curso, diz respeito à recomposição da capacidade de investimento do governo. A recomposição da poupança pública, de modo a viabilizar o financiamento público sem a geração de pressões inflacionárias, aumento de dívida pública ou incerteza fiscal é uma condição indispensável para resgatar a capacidade do setor público de investir em infra-estrutura. O governo deve capacitar o setor público a investir em infra-estrutura sem repetir os erros do passado: o financiamento inadequado do setor público gera o aumento dos prêmios de risco, elevação da taxa de juros de mercado, e, portanto, resulta em efeitos negativos sobre a taxa de investimento privado. Dessa forma, a política de sustentabilidade fiscal é parte central da agenda de retomada do investimento público, sobretudo em infra-estrutura. Isto exige que o primeiro Orçamento do governo de Lula, o de 2004, seja executado integralmente.

13 – A segunda diretriz está implicada com as condições infra-estruturais legais para impulsionar a retomada dos investimentos e do crescimento. Diz respeito à instituição de

um marco regulatório adequado, à transparência legal e segurança jurídica dos contratos. A solução dessas exigências requer investimento de esforços em duas direções: a regulamentação, através de lei, das parcerias público-privadas (PPPs); b) aperfeiçoamento do marco regulatório relativo ao funcionamento das agências reguladoras. As novas funções do Estado e a escassez de recursos públicos tornaram as PPPs modalidades universais para suprir as necessidades de investimentos em infra-estrutura e logística. Nesse modelo de financiamento o governo assume a obrigação de pagar ao investidor parte do custo do projeto ao longo do tempo. Dessa forma, os projetos deixam de ser totalmente financiados por meio de receitas, passando a depender em parte da capacidade financeira do governo, sendo esta a razão pela qual a sustentabilidade fiscal é uma condição necessária para viabilizar as PPPs. Além disso, a definição de um marco legal adequado, que garanta a estabilidade normativa, também é essencial para que o setor privado se disponha a participar de PPPs. O atual marco legal – formado pela Lei de Licitações e pela Lei de Concessões – não constitui um instrumento adequado à participação do setor privado em vários projetos de infra-estrutura, por não permitir a participação de autores de projetos nos processos licitatórios correspondentes e por proibir a adoção de modelo de remuneração híbrida ou de remuneração orçamentária por prazos superiores a cinco anos. A regulamentação urgente das PPPs é decisiva para viabilizar parte significativa dos projetos estratégicos

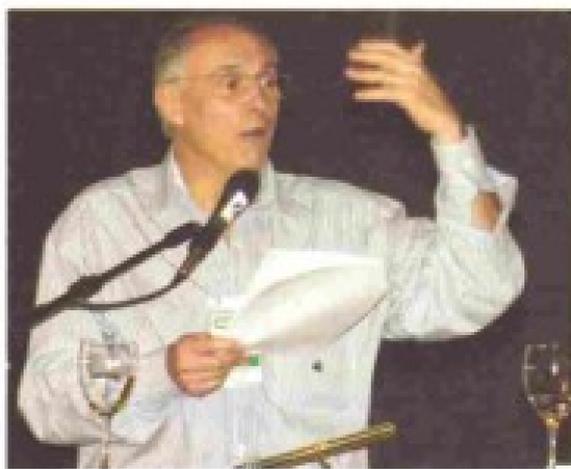
definidos no Plano Plurianual.

14 – Quanto ao marco regulatório, seu aperfeiçoamento é fundamental para assegurar estabilidade e respeito aos contratos estabelecidos e criar um ambiente de confiança para os investidores. O governo está no caminho certo quando sinaliza a manutenção da autonomia das agências reguladoras, com mandatos fixos dos dirigentes e não-coincidentes com o mandato do presidente da República. Mas aperfeiçoar também esse marco ao apontar para mudanças, principalmente, em dois aspectos: a) a necessidade de separar a função de formulação de políticas (a ser exercida pelos ministérios setoriais) da função de regulação e fiscalização (a ser exercida pelas agências autônomas); e b) a necessidade de introduzir mecanismos de controle social das agências como, por exemplo, a obrigação de que os seus presidentes tenham que, periodicamente, prestar contas da atuação da agência perante o Congresso Nacional.

15 – O governo deve dar continuidade aos esforços iniciados com as reformas institucionais e legais com vistas a melhorar o marco normativo para facilitar investimentos, o emprego, o crédito e o empreendedorismo. Nesse contexto, a Reforma Tributária representa um avanço por proporcionar o fim da cumulatividade de tributos como a Cofins que penaliza setores cuja cadeia produtiva é longa e a previsão da redução das contribuições que incidem sobre a folha salarial que hoje funcionam como desestímulo à contratação formal. Outro ponto importante é a redução do IPI sobre bens de capital, a fim de baratear a compra de máquinas e equipamentos. O objetivo da Reforma Tributária é, portanto, racionalizar o sistema tributário brasileiro, sem promover aumento de carga tributária. Deve-se acelerar também a adoção de medidas para desburocratizar os processos de abertura formal de empresas, reduzindo o seu custo, favorecendo a formalização de micro e pequenas empresas, sobretudo daqueles que trabalham por conta própria. Quanto ao crédito, as ações devem ser orientadas para o aumento da sua oferta e para o barateamento do seu custo. O Brasil ainda é um dos países com um dos

maiores *spreads* bancários do mundo. O governo vem conseguindo avanços nesse terreno ao acelerar a aprovação da nova Lei de Falências, que hoje se encontra tramitando no Senado. A nova Lei de Falência tem como objetivos integrar os trabalhadores e demais credores à gestão das empresas em dificuldade, mediante um conjunto de incentivos para que todos os agentes envolvidos participem do processo: criar mecanismos que garantam a preservação dos ativos das empresas e, se possível, manter a produção, o emprego, renda e a arrecadação tributária; e colocar os credores com garantia real em igualdade de condições com o fisco na definição da ordem de prioridade de recebimento de créditos, aproximando a legislação brasileira daquilo que é a praxe internacional. Este último aspecto pode ser um fator que venha a favorecer a diminuição dos *spreads* das instituições de crédito. Cabe também destacar as medidas que o governo adotou em junho visando estimular as microfinanças como a criação das contas simplificadas e a determinação para que instituições financeiras apliquem um percentual mínimo de 2% dos depósitos à vista em operações de microcrédito para população de baixa renda e microempreendedores, a taxas de juros que não podem ultrapassar 2% ao mês e a permissão de operações de crédito para trabalhadores com desconto em folha. Algumas dessas medidas têm o claro sentido de promover um processo de inclusão bancária dos setores mais pobres da população.

16 – O PT propõe ainda que o governo adote como ponto importante de sua agenda de 2004 o início de uma ampla reforma gerencial do Estado. Esta reforma deve ter como norte a recuperação da capacidade de governar. O governo Lula herdou, em várias áreas, um Estado sucateado por anos seguidos de descaso para com a coisa pública. Por outro lado, o Estado tradicional passa por exigências de profundas modificações por conta das mudanças tecnológicas, econômicas e sociais dos últimos anos. Esse Estado tradicional enfrenta uma crise de eficácia, que é uma crise do modelo burocrático, verticalizado e departamentalizado de gestão governamental. Criar estruturas horizontalizadas de gestão, adotar mecanismos eletrônicos de gestão (governo eletrônico), facilitar o acesso das informações governamentais aos cidadãos e criar mais permeabilidade à participação e ao controle da sociedade sobre o Estado são algumas das exigências implicadas numa reforma democrática da gestão do governo federal. Outro aspecto imprescindível da reforma da gestão pública deve ser o de racionalizar recursos diminuindo o custeio da máquina, tornando-a mais eficiente. Esse aspecto da reforma da gestão é fundamental para que se possa projetar ao longo do tempo uma diminuição administrada da carga tributária e a recuperação da capacidade de investimento do Estado. Diminuir a carga tributária e recuperar a capacidade de investimento do Estado compõem uma condicionalidade decisiva para o incremento dos investimentos privados e para a retomada do desenvolvimento sustentável, objetivo inegociável do programa de governo do PT.



Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

PROCESSO DISCIPLINAR

DN afasta quatro parlamentares

**DIRIGENTES
CONSIDERARAM
QUE ELES
VIOLARAM CÓDIGO
DE CONDUTA DO PT**

O Diretório Nacional do PT aprovou, durante reunião realizada no dia 14 de dezembro, em Brasília, a expulsão de quatro parlamentares do quadro do partido. Os dirigentes consideraram que os deputados João Batista Babá (PA), Luciana Genro (RS), João Fontes (SE) e a senadora Heloísa Helena (AL) feriram o código de conduta do PT ao votarem contra a orientação partidária nas reformas constitucionais, além de terem cometido atos ofensivos e hostis ao PT e ao governo federal.

A situação de João Fontes foi decidida separadamente, já que não precisou ser analisada pela Comissão de Ética. Além de ter votado contra a orientação partidária, Fontes cometeu um ato considerado flagrante — convocou uma entrevista coletiva e apresentou uma fita de 1987 com declarações do presidente Lula, usando-a contra o PT e contra o governo — e, neste caso, o estatuto do PT prevê punição automática. Sua expulsão foi aprovada por 55 votos a favor, 26 contra e uma abstenção.

O afastamento dos outros três parlamentares — Babá, Luciana Genro e Heloísa Helena — foi decidido por 55 votos a favor, 27 contra e nenhuma abstenção.

As discussões foram precedidas pela representação do secretário nacional de Organização do PT, Sílvio Pereira, em favor da expulsão, e da leitura do parecer da Comissão de Ética, segundo o qual, "verificam-se graves e procedentes as condutas narradas na representação, dissociadas do objetivo que norteia a construção da unidade partidária, com ostensiva hostilidade, atitudes desrespeitosas e ofensas graves e reiteradas a dirigentes, lideranças partidárias, à própria legenda e a filiados do PT".

"Eles infringiram regras estatutárias e a Comissão de Ética, por maioria, opina pela procedência da representação que pede a expulsão dos parlamentares", afirmou Danilo Cumargo, presidente da Comissão de Ética.

Defesa

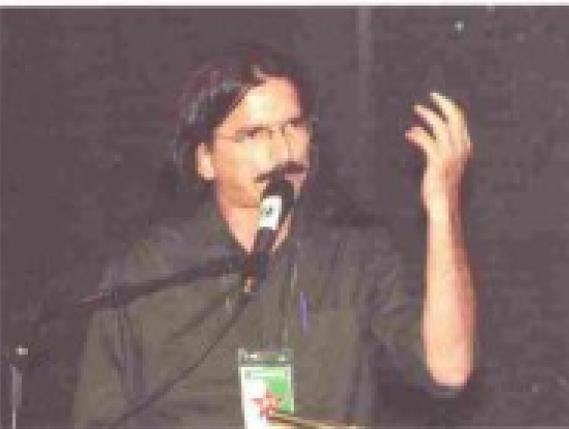
A votação da expulsão dos parlamentares foi precedida por depoimentos contra e a favor do desligamento. Os parlamentares tiveram 15 minutos para fazer sua defesa.

Da tribuna do auditório, a deputada Luciana Genro considerou as expulsões não como resultado de um debate disciplinar, mas de um processo de contestação política. "Não fomos questionados, na Comissão de Ética, pelo voto contrário na reforma da Previdência, mas a respeito de nossas declarações", disse.

O deputado Babá ressaltou posições do partido e ações do governo das quais discorda. Acusou, por exemplo, a política econômica do governo Lula de gerar desemprego. "Vou continuar, junto com os outros parlamentares expulsos, nesta luta necessária em favor do povo brasilei-



O secretário nacional de Organização do PT, Sílvio Pereira, que representou contra os parlamentares



A senadora Heloísa Helena e os deputados João Batista Babá, João Fontes e Luciana Genro (no sentido horário)

ro", afirmou.

Já a senadora Heloísa Helena afirmou que mantém os mesmos argumentos que defendia quando era líder do PT no Senado e líder da oposição no governo FHC. "Não cabem desculpas. Cabe cabeça erguida", resumiu.

Em sua defesa, o deputado João Fontes disse que "em nenhum momento" teve a intenção de caluniar o presidente e que exibiu uma fita de conhecimento público. Fontes afirmou ter trabalhado para a eleição do presidente nas quatro eleições, mas desaceu que não concorda com a atual condução política do governo.

Tentativa de acordo

Ao final da reunião, o presidente do PT, José Genoino, ressaltou que o partido "tentou à exaustão" evitar as expulsões, com vários interlocutores tentando convencê-los a votar de acordo com a decisão definida por fechamento de questão da bancada petista. Diante das reiteradas negativas, o afastamento dos parlamentares foi "uma decisão necessária", de acordo com Genoino.

"O debate e a crítica são livres, mas queremos que haja um voto partidário", declarou Genoino. Segundo ele, houve uma ruptura unilateral desses parlamentares com o partido. "Todas as propostas de acordo foram apresentadas, mas não houve um gesto desses parlamentares para uma reapetuação com o PT."

Confira os outros documentos aprovados

Recomendação à bancada do PT na Câmara Federal

O Diretório Nacional do PT recomenda à bancada do partido na Câmara Federal para que faça gestões no sentido da retirada de pauta do Congresso Nacional do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas assinado com os Estados Unidos para que o mesmo seja repactuado com aquele país em outros termos, levando em conta a necessidade de adoção de políticas públicas em favor das populações do município de Alcântara/MA.

Moção de apoio 1

O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, reunido em Brasília, nos dias 13 e 14 de dezembro, solidariza-se com a senadora Fátima Cleide, do PT/RO, bem como com os petistas daquele Estado diante da dura luta que hoje travam contra a contaminação que atinge várias instituições públicas locais.

O compromisso com um novo Brasil passa pela independência e transformação das instituições públicas, que possuem graves problemas em muitos lugares de nosso país. O PT tem como um de seus pilares a defesa daqueles princípios, como tal, apoiamos a senadora Fátima Cleide, que fala em nome do partido, na luta pelo resgate dos poderes públicos que devem

existir, tão somente, para atender aos interesses da população.

O Brasil já vive um novo momento e as instituições devem refletir essa realidade que é a vontade da imensa maioria do povo de nossa terra.

O PT tomará as medidas que lhe couber.

Moção de apoio 2

Nas últimas semanas, a intolerância, o sectarismo e a violência dos setores mais conservadores recrudescem na região do Araguaia, em Mato Grosso. Mais uma vez, a Prelazia de São Félix do Araguaia, o bispo Pedro Casaldáliga e diversos de seus agentes de pastoral vêm sendo atemorizados. Novamente, o foco da campanha de intimidação se dá em torno da área do que foi o maior latifúndio do mundo: a fazenda Suiá Missu. Tomada dos índios Xavante nos finais dos anos 60, tornou-se palco de sucessivas violações de direitos. Após a ECO/92, a Agip Petróleo anunciou sua devolução ao povo Xavante. Embora homologada a demarcação em 1998, como terra indígena, Marawtséde segue ocupada, ainda que reconhecida como patrimônio da União. Há quatro semanas, os Xavante resolveram retornar à terra Marawtséde. As ações judiciais dos que reivindicam a propriedade da terra encontram-se

a cargo da 5ª vara do TRF-1 região, sem decisão final desde o ano 2000. O conflito se agravou com o fechamento da BR 158, à altura do município de Alto Boa Vista. O clima tenso vem merecendo a atenção das autoridades federais e estaduais competentes. Na quarta-feira, a igreja católica desta cidade amanheceu pichada com maledicências ao bispo Pedro. Amigo dos apoiadores das causas populares, aos 75 anos de idade, batizado na aliança com os oprimidos do povo, viu seu nome adjetivado como traidor e espião. Sua vida está novamente a prêmio, segundo comentários locais, a R\$ 60.000,00. Não é a primeira vez. O DN-PT, reunido no dia 13/12/2003, em Brasília reitera seu mais integral apoio à causa da Justiça naquela região e ao bispo Pedro Casaldáliga e seus agentes da pastoral, ao tempo em que persistirá nos esforços para garantir aos Xavante e aos posseiros a condição de vida digna e segura, e a restituição da justiça e da convivência solidária.

Apela à celeridade na decisão judicial e à capacidade de negociação dos agentes políticos locais e organismos governamentais no sentido de preservar a integridade física e a inviolabilidade moral de todos os que desejam resgatar o direito.

Leia as íntegras

Resolução DN 14/12/03 – Parecer da Comissão de Ética Nacional

Em face à representação apresentada em relação aos parlamentares Heloísa Helena, Luciana Genro e João Batista Babá, que culminou na instauração de procedimento disciplinar, e nos termos do relatório apresentado pela Comissão de Ética Nacional,

O Diretório Nacional RESOLVE:

Acatar o parecer da Comissão de Ética Nacional e aplicar a penalidade prevista no art. 210, inciso VIII do Estatuto do PT — medida disciplinar de expulsão dos quadros partidários, dos deputados federais Luciana Genro e João Batista Babá, e da senadora Heloísa Helena, com o consequente cancelamento da filiação partidária na Justiça Eleitoral, face à flagrante violação do artigo 213, incisos I, II, VII e VIII e artigo 211 parágrafos 2º e 3º, do Estatuto Partidário.

Resolução DN 14/12/03 – Processo disciplinar do Deputado João Fontes

Em face à representação apresentada contra o deputado federal João Fontes, recebida nos termos dos artigos 216, letra "a" e 214, parágrafo único, do Estatuto do partido, sobre o episódio da despropositada divulgação do material para a imprensa, que atingiu a imagem do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e de nossa legenda;

Considerando que a conduta caracteriza-se num flagrante desrespeito às diretrizes e normas aprovadas pelas instâncias superiores e estabelecidas em nosso Estatuto, configurando um desrespeito inaceitável e inadmissível no convívio partidário, inclusive por se tratar de um mandatário do partido, cuja conduta exigida é de rigor no cumprimento dos deveres partidários, sempre compatível com os princípios éticos do partido;

Considerando, ainda, que o Diretório Nacional, em reunião realizada nos dias 12 e 13 de julho, aprovou diretriz a ser cumprida por todos os parlamentares da bancada no Congresso Nacional na aprovação das reformas da Previdência e tributária, "estabelecendo a obrigatoriedade do voto nas PECs 40 e 41" e que o descumprimento de tal deliberação representou mais um ato de indisciplina partidária;

Considerando, assim, que a conduta do deputado João Fontes é de natureza grave, tanto com relação à divulgação do material à imprensa, quanto ao descumprimento da diretriz aprovada pela direção nacional, já que foram violados o disposto nos artigos 14, III, §§ 1º e 2º; 209, I, II, VI, VII, XII, do Estatuto;

O Diretório Nacional RESOLVE:

Aplicar, nos termos do artigo 211, § 3º e 213, I a V e X, do Estatuto do PT medida disciplinar de expulsão dos quadros partidários, do deputado federal João Fontes, com o consequente cancelamento da filiação partidária na Justiça Eleitoral.

ENTREVISTA

Reforma traz inclusão, diz Berzoini

MUDANÇAS EQUILIBRAM O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO, HOJE DEFICITÁRIO

O Congresso aprovou, no início de dezembro, em segundo e último turno, a reforma da Previdência. Esta foi a primeira reforma constitucional aprovada na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — que, logo em seguida, assistiu também a aprovação no Congresso da reforma tributária — e deverá gerar, uma economia de mais de R\$ 40 bilhões nos próximos 20 anos.

Segundo o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, a reforma traz um maior equilíbrio do sistema previdenciário e abre o espaço para a inclusão de milhões de brasileiros. Ele ressalta que a única a perder com a reforma é a Previdência privada, o que desmente a tese de privatização. Berzoini lembra que a proposta, com um diagnóstico muito claro, já estava prevista no programa de governo do PT. Nesta entrevista exclusiva concedida ao PT Notícias, o ministro responde a dúvidas sobre o novo sistema previdenciário e fala também de outros temas de sua pasta.

Aprovadas a reforma da Previdência e a PEC paralela, como o senhor analisa o texto que foi à promulgação em relação à proposta encaminhada pelo governo ao Congresso?

Berzoini — A reforma é um importante avanço na questão previdenciária. Primeiro, por reverter a tendência de altos subsídios orçamentários a um contingente social que é incluído e, portanto, não deve ser prioridade em termos de subsídios sociais. Só em 2003, gastaremos R\$ 40 bilhões de reais, da União, dos Estados e municípios com os subsídios ao sistema previdenciário dos servidores. Em segundo lugar, por dar coerência ao sistema, pois passa a relacionar o grau de contribuição ao valor do benefício. E, por fim, mas não por último, abre o espaço para a inclusão de milhões de brasileiros no sistema previdenciário.

Na sua visão, quem ganha e quem perde com esta reforma?

Berzoini — O Brasil ganha a possibilidade de, gradualmente, ter um Orçamento mais justo. Isso é bom para todo o povo brasileiro, inclusive para cidadãos e cidadãs que terão seus direitos afetados, como os servidores públicos. Quem perde, com a ampliação do teto do INSS, é a Previdência privada, o que desmente a tese da privatização. E também os que aposentaram no fracasso da previdência social pública, pois a reforma mostra que é possível dar critérios previdenciários claros a um sistema público.

A reforma prevê a criação de um regime único de aposentadoria para servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada. Os benefícios estariam sujeitos a um teto, assim como ocorre hoje no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Por que o regime único é o



O ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, diz que a reforma abre espaço para a inclusão de milhões de brasileiros

melhor modelo?

Berzoini — Previdência é cidadania, é política social. O ideal, que esta reforma ainda não alcança, seria um sistema completamente unificado, no qual cada cidadão, independente de sua profissão, pudesse ter direitos absolutamente isonômicos em relação à Previdência social. Por que isso não foi feito? Porque lidamos com um sistema criado ao longo do século 20, com muitas distorções, o que teria um alto custo de transição, incompatível com a atual situação fiscal de municípios, Estados e da própria União.

De que maneira a reforma da Previdência pode proporcionar inclusão?

Berzoini — É importante esclarecer que inclusão previdenciária não comporta fórmulas simplistas. Cada contingente de trabalhadores excluídos do sistema deve ser observado de forma específica. Mas o comando constitucional que prevê um sistema especial, de custo reduzido para os autônomos mais pobres é um dos caminhos. Ao mesmo tempo, estruturamos no ministério o Programa de Educação Previdenciária, cuja ação permite ampliar a consciência e articular várias ações de inclusão apropriadas a cada segmento de trabalhadores.

A proposta de reforma gerou descontentamento por parte de servidores públicos, que criticaram principalmente o fim de sua aposentadoria integral. Essa medida já estava prevista no programa de governo do PT? Por que a reforma acaba com a aposentadoria integral para a categoria?

Berzoini — Em primeiro lugar, não é verdade que a reforma acaba com a integralidade. Para os atuais servidores, apenas cria novas regras para que o servidor possa alcançá-la. Antes da promulgação, um servidor ou servidora podia se aposentar integralmente com 53 ou 48 anos, e com apenas dez anos de serviço público. Ou seja, uma pessoa que contribuiu por 25 anos para o INSS com um salário, por exemplo, de R\$ 1.000, com apenas dez anos num cargo público de R\$ 4 mil, também, por exemplo, poderia aos 53 anos obter uma aposentadoria de R\$ 4 mil. Isso é

inviável do ponto de vista previdenciário. A reforma da Previdência, sem detalhes, mas com um diagnóstico muito claro, já estava prevista no programa de governo e é óbvio que desagradou a setores que tinham identificação com o PT, mas nunca se debruçaram sobre o debate previdenciário do partido. Mas, desde 1995, há resoluções partidárias que apontam para mudanças que afetariam a Previdência dos servidores.

Há alguma forma de o futuro servidor receber mais de R\$2.400?

Berzoini — Sim, ele poderá participar de um fundo de Previdência complementar, de natureza pública, sem fins lucrativos e com gestão participativa. Esse fundo fará a gestão das reservas, contribuições dos servidores e do seu empregador e pagará o complemento quando esse servidor se aposentar.

Como vão funcionar os fundos de pensão?

Berzoini — A partir da criação, por leis de cada ente federado e da União, eles terão um regulamento próprio e aplicarão as reservas em investimentos rentáveis e seguros, para garantir o pagamento dos complementos. É importante dizer que serão fundos sem fins lucrativos e com a participação dos servidores na gestão, como já acontece hoje nas empresas estatais.

Outra medida polêmica aprovada é a taxação dos servidores públicos inativos. Por que eles terão de contribuir?

Berzoini — Para custear um sistema que não paga apenas aposentadorias, mas outros benefícios como auxílio-doença, auxílio-acidente, pensão por morte e salário maternidade. É um equívoco a noção de que a pessoa, por já ter se aposentado, já pagou o que seria necessário. O sistema é solidário e faz a gestão de riscos sociais, não é uma aplicação financeira. Mas, para preservar as aposentadorias e pensões de menor valor, há isenção para servidores municipais e estaduais que ganham até R\$ 1.200 e para servidores federais com salário de até R\$ 1.440. Isso garante progressividade na cobrança, pois a contribuição só se dará após essa faixa de

isenção. Por exemplo, um servidor estadual aposentado que ganha R\$ 1.500 pagará 11% sobre R\$ 300, ou seja, R\$ 33, o que dá 2,2% de seus proventos. Já um que ganha R\$ 6 mil pagará 11% sobre R\$ 4.800, o que dá R\$ 528, ou 8,8% de sua remuneração.

O senhor participou em agosto de uma palestra na IOB Thompson, quando o advogado Wladimir Novaes Martinez defendeu que não seria possível mudar as regras da Previdência sem quebrar o direito adquirido. Para ele, a PEC nº 40 não fere o direito adquirido, mas sim a expectativa de direito do funcionalismo público. Como solucionar a questão?

Berzoini — Direito adquirido, na relação do segurado com qualquer sistema de previdência pública, é aquele que já está consumado. Ou seja, quem já está aposentado tem direito a uma aposentadoria de um determinado valor. Nem emenda constitucional pode reduzir o valor da mesma. Mas os direitos que ainda estão em fase de aquisição ainda não são direitos adquiridos. O sistema, em razão de decisões políticas do país, pode ser alterado no curso da aquisição. Por exemplo, as mudanças demográficas e sócio-econômicas exigem que se altere o sistema, sob pena de falência futura e incapacidade de honrar os pagamentos. Por isso, a mudança constitucional não caracteriza quebra do direito adquirido, mas mudança da expectativa de direito futuro. A relação não é contratual, é constitucional e legal.

A reforma da Previdência pretende acabar com o sistema específico de aposentadoria dos servidores. Críticos dizem que, se aprovado o fim deste quesito da reforma, o Estado irá enfraquecer-se, vulnerabilizando funcionários. O senhor concorda?

Berzoini — Não. Se mudar as regras da Previdência enfraquecesse o Estado, os países da Europa já teriam perdido a governabilidade pública. O que não podemos aceitar é que, num país como o Brasil, a sociedade pague R\$ 40 bilhões por ano para subsidiar quem não precisa de subsídios. É dinheiro suficien-

te para, em quatro anos, erradicar o déficit habitacional. O problema previdenciário é tão grave que, mesmo com a reforma, durante três décadas continuaremos a subsidiar pesadamente os servidores aposentados, em razão dos direitos adquiridos.

Quanto será possível economizar com a nova Previdência?

Berzoini — Mais de R\$ 40 bilhões em 20 anos, mesmo sem atingir nenhum direito adquirido. Mas o mais importante não é o viés fiscal, mas a busca de uma justiça orçamentária gradualmente maior. Previdência é uma questão de solidariedade. Empregados e empregadores, públicos ou privados, pagam para garantir que as pessoas, quando não podem mais trabalhar, por idade, acidente, doença ou morte, possam ter renda. Se o sistema de custeio não é coerente com os benefícios pagos, quem subsidia é a sociedade, através do orçamento. Em alguns casos, é razoável que haja subsídio. É o caso dos rurais, que dificilmente teriam condições de contribuição regular. Mas não podemos prejudicar o orçamento social com amplas cargas de subsídios, para segmentos sociais que não precisam de subsídios.

O Ministério da Previdência tem algum estudo que indique o "prazo de validade" desta reforma? Ou seja: é possível prever quando será necessário alterar o sistema previdenciário novamente para evitar novo desequilíbrio nas contas da União?

Berzoini — É impossível assegurar que qualquer reforma tenha o prazo x ou y de validade. No conceito, essa reforma garante as bases de um modelo sustentável. Isso é o que interessa. Mas, se alcançarmos novos patamares de longevidade humana, com certeza poderá surgir a necessidade de se alterar a idade mínima ou as alíquotas de contribuição.

No governo FHC, o PT foi contra a reforma da Previdência. Quais as diferenças entre a proposta que tramitou na gestão anterior e a aprovada?

Berzoini — A reforma da Previdência de FHC não tinha

nenhuma lógica de inclusão e apontava para o enfraquecimento gradual do INSS. Nessa reforma restabelece um teto que protege 95% dos trabalhadores e amplia a inclusão social, além de reorganizar a Previdência dos servidores.

A reforma da Previdência é suficiente para solucionar os problemas previdenciários? Em caso negativo, de que forma o governo Lula e, principalmente, o senhor e sua equipe estão trabalhando para dirimir esses problemas?

Berzoini — Os problemas da Previdência são muito mais amplos do que os aspectos constitucionais. O governo anterior não cuidou da gestão previdenciária, por incompetência, omissão ou interesse. Nós encontramos o ministério sem condições gerenciais e tecnológicas. Passamos o ano de 2003 reconstruindo a gestão. Os efeitos práticos desse trabalho começam a aparecer nas mudanças de normas técnicas, na reorganização da política de RH, na modernização dos sistemas. Estamos reconstruindo a previdência pública e essa será uma conquista dos trabalhadores, no governo do presidente Lula.

A solicitação de recadastramento de idosos gerou uma crise no governo ao fazer com que pessoas com idade avançada tivessem que se deslocar e esperar em filas. O que de fato causou esta situação? O senhor errou?

Berzoini — Houve um erro operacional, potencializado por um período no qual muitos outros aposentados estavam indo ao INSS para buscar informações sobre a revisão de aposentadorias. Na maior parte das agências, o recadastramento se processou adequadamente. Mas em alguns locais, especialmente no Rio, tivemos filas imensas, com grande repercussão. Suspeitamos a medida e retomamos o processo de combate às fraudes, que é fundamental, pois podemos estar perdendo alguns bilhões por ano por ausência de uma política de prevenção nos governos passados.

O senhor poderia explicar a prorrogação do prazo para que aposentados e pensionistas peçam revisão de suas aposentadorias e pensões e como o processo que deve ser encaminhado?

Berzoini — O governo FHC limitou em cinco anos o prazo para pedir revisão de aposentadorias e pensões. Com isso, como a lei é de 1998, caiu em 2003 o vencimento desse prazo para mais de um milhão de pessoas, o que ocasionou longas filas e transtornos para os aposentados. Eu e o presidente Lula decidimos reverter essa decisão de FHC, retomando o prazo de dez anos para a revisão. Ao mesmo tempo, como uma das possibilidades de revisão se refere a uma questão já pacificada pelo STJ, estamos abrindo um diálogo com as entidades de aposentados para que possamos verificar a viabilidade de um acordo, que possa garantir o pagamento dessas pendências sem a necessidade de decisões judiciais e, ao mesmo tempo, combinando com a difícil situação orçamentária do país.